

**Gestão 2020-2022**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000309 DE 30.07.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2220/2020**

Credor: SOBRAL-CHAVES E CARIMBOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 8/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 22/PGJ/2019**.

Objeto: Aquisição de materiais de construção civil, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 417,40 (quatrocentos e dezessete reais e quarenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000309 de 30.07.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DO CONVÊNIO MPMS E CESUL**

Processo: PGJ/10/1690/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CESUL – CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR LTDA**, representado por **Valmir Farias Martins**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de cursos de nível superior/graduação e superior/pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* oferecidos pela Instituição de Ensino nas dependências do MPMS.

Vigência do Convênio: 16.08.2020 a 16.08.2022.

Data da assinatura: 09 de junho de 2020.

**EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.**

Processo: PGJ/10/1221/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.**, mantenedora da Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), representada por seu Pró-Reitor de Educação a Distância, **Carlos Fernando de Araújo Júnior**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de cursos de nível superior/graduação e superior/pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, oferecidos pela CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A., bem como pelas Instituições de Ensino mantidas pela CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A., nas dependências do CONCEDENTE.

Vigência do Convênio: 18.05.2020 a 18.05.2022.

Data da assinatura: 8 de abril de 2020.

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/PGJ/2017**

Processo: PGJ/10/1454/2017

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **OI S.A. – Em Recuperação Judicial**, representada por **Leonardo Ribas dos Santos Rotta e Edilson Ferreira de Lemos**.

Procedimento licitatório: **Adesão à Ata de Registro de Preço nº 186/2016, proveniente do Pregão Eletrônico nº 592/2015 do Governo do Estado de Rondônia** (Processo Administrativo n. 01-1109.00541-00/2015).

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e artigo 65, § 8º, da Lei 8.666/93.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses e o reajuste do valor contratual, em razão da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE), com efeitos a partir de 20.07.2020.

Valor total anual: R\$ 834.367,76 (oitocentos e trinta e quatro mil trezentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos).

Vigência: 20.07.2020 a 20.07.2021.

Data de assinatura: 3 de julho de 2020.

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo PGJ/10/1934/2020

Amparo legal: Artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 1.234.332,00, nos termos das Notas de Empenho nº 2020NE002697, nº 2020NE002698 e nº 2020NE002699, datadas de 31.07.2020 - Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Prestação de serviços de suporte técnico remoto pela Central de Relacionamento, de serviço de suporte técnico presencial, de serviços de manutenção (evolutiva legal, corretiva, preventiva e acompanhamento periódico), e de serviços sob demanda (novas funcionalidades, manutenção adaptativa, treinamento e capacitação) para o sistema Turmalina na versão *Web* e Portal de Serviços *Web*, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, que possui a licenciamento perpétuo.

**Justificativa:** A empresa Ábaco Tecnologia da Informação Ltda. possui a exclusividade de executar a manutenção corretiva e evolutiva do sistema Turmalina/Prev, consoante certidão emitida pela Associação Brasileira das Empresas de *Software* (ABES).

**Ratifica:** Alexandre Magno Benites de Lacerda, Procurador-Geral de Justiça.

Campo Grande/MS, 31 de julho de 2020.